UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA

CAMILE BEZERRA MADEIRO

A INFLUÊNCIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA: O CASO DO PARQUE SUCUPIRA, PLANALTINA DF

BRASÍLIA – DF
2025

CAMILE BEZERRA MADEIRO

A INFLUÊNCIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA: O CASO DO PARQUE SUCUPIRA, PLANALTINA DF

Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia apresentado à Universidade de Brasília – Departamento de Geografia como requisito final para obtenção do título de licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Sodré Maluly

BRASÍLIA – DF
2025

CAMILE BEZERRA MADEIRO

A INFLUÊNCIA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA SEGURANÇA E SAÚDE PÚBLICA: O CASO DO PARQUE SUCUPIRA, PLANALTINA DF

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito final para obtenção do grau licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Sodré Maluly

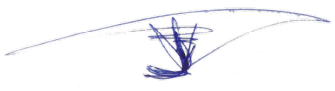
Data da defesa: 10/12/2025



Vinícius Sodré Maluly, Doutor (GEA-UNB) (Orientador)

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA SOLANGE MELO DE SOUSA
Data: 15/12/2025 18:47:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria do Solange Melo de Sousa, Doutora (GEA-UNB)



Reuber Albuquerque Brandão, Doutor (EFL-UNB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus avós maternos, José Rufino Filho e Maria Madeiro de Fátima Rufino, por todo esforço e ensinamentos que me permitiram chegar até a universidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós maternos, José Rufino Filho e Maria Madeiro de Fátima Rufino, pelo apoio, pela educação, pelo acolhimento e por serem meus maiores incentivadores na vida acadêmica.

Aos meus pais, por todo o amor, apoio e ensinamentos, além da dedicação e paciência diárias.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor Vinícius Sodré Maluly, pela orientação atenciosa, pelos ensinamentos e pela paciência ao longo de todo este percurso acadêmico.

Aos meus irmãos, Enzo Ribeiro, Felipe Bezerra, Laura Dias, Luna Bezerra, Samuel Bezerra e Raissa Ribeiro, pelo companheirismo, pelo carinho e por tornarem a vida mais leve e repleta das melhores memórias.

Aos meus amigos, Alynne Cardoso, Felipe Soares, Samuel Trindade e Pedro H. Camelo, pela amizade sincera, pela parceria e por transformarem a graduação em uma experiência inesquecível.

A todos, o meu sincero agradecimento!

RESUMO

A preocupação global com o meio ambiente intensificou-se após a Conferência de Estocolmo, em 1972, quando a relação entre sociedade e natureza passou a receber maior atenção internacional. Nesse contexto, este estudo analisa a relação entre segurança, saúde pública e percepção dos usuários do Parque Ecológico Sucupira, localizado em Planaltina-DF, em 2025. O problema central consiste em compreender como a precariedade de infraestrutura, iluminação e vigilância interfere no uso cotidiano do parque e no bem-estar dos frequentadores. O objetivo é identificar como esses fatores condicionam a presença dos visitantes e moldam suas percepções sobre o espaço. A metodologia adotada inclui análise documental, observações de campo, entrevistas com problema definido e elaboração de mapas temáticos. Os resultados mostram sensação recorrente de insegurança, especialmente no período noturno, redução da frequência em áreas pouco iluminadas e forte dependência das condições ambientais para a permanência no parque. Conclui-se que a falta de manutenção e segurança compromete a função socioambiental do espaço e reforça a necessidade de políticas públicas permanentes de conservação e gestão.

Palavras-chave: Parque urbano. Segurança. Saúde pública. Percepção ambiental. Dinâmicas territoriais.

ABSTRACT

Global concern for the environment intensified after the 1972 Stockholm Conference, when the relationship between society and nature began receiving broader international attention. This study examines the relationship between safety, public health, and user perception in the Sucupira Ecological Park, located in Planaltina-DF, in 2025. The central problem is understanding how inadequate infrastructure, insufficient lighting, and limited surveillance affect daily park use and visitors' well-being. The objective is to identify how these factors shape attendance patterns and influence users' perceptions of the space. The methodology includes document analysis, field observations, structured interviews, and thematic mapping. The results reveal a recurring perception of insecurity, especially at night, reduced visitation in poorly lit areas, and strong dependence on environmental conditions for remaining in the park. The study concludes that deficiencies in maintenance and safety compromise the park's socio-environmental role and highlight the need for continuous public policies aimed at conservation and effective management.

Key-words:Urban park. Security. Public health. Environmental perception. Territorial dynamics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do Parque Sucupira e dos bairros de Planaltina – DF…..20

Figura 2 – Mapa de uso e cobertura do solo de Planaltina – DF……..…..24

Figura 3 – Análise temporal por imagens de satélite da UC Sucupira.…….…..25

Figura 4 – Imagem do mirante natural da UC Sucupira…….29

Figura 5 – Imagem da trilha comunitárias do Parque Sucupira……..……29

Figura 6 - Início da trilha do parque……...….29

Figura 7 – Infraestrutura do Parque Sucupira……..……...30

Figura 8 – Gráficos de idade e sexo dos entrevistados……...32

Figura 9 – Gráficos de frequência e horários de visitação…….….33

Figura 10 – Gráfico dos resultados sobre percepção de saúde pública……..…....34

Figura 11 - Dados relacionados as perguntas sobre segurança do parque…….…….35

Figura 12 – Espaços do parque considerados menos seguros pelos visitantes e suas sugestões de melhorias respondidos durante a entrevista……..…….36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
DF	Distrito Federal
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
RA	Região Administrativa
Terracap	Companhia Imobiliária de Brasília
UC	Unidade de Conservação
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. Introdução……..…12

1.1. Justificativa……13

2. Objetivos…….16

3. Metodologia……17

4. O caso do Parque Sucupira em Planaltina – DF…….19

4.1. Localização e Caracterização da área de estudo…….21

4.2. Uso e cobertura do solo: Relevo, vegetação e formas de uso……22

4.3. Planaltina: Urbanização e dinâmica espaço-temporal……..26

4.4. O Parque Ecológico Sucupira: Infraestrutura e paisagem……...27

4.5. Relação das unidades de conservação com a saúde do público……..31

5. Resultados e Discussão……..32

6. Considerações Finais……..36

7. Referências Bibliográficas…….38

1. INTRODUÇÃO

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, representou um marco na consolidação das discussões ambientais em escala global, ao inserir de forma sistemática a temática ambiental na agenda internacional(ONU,1972). A partir desse momento, a noção de sustentabilidade passou a ser compreendida de maneira ampliada, incorporando dimensões sociais, culturais e políticas, além da dimensão ambiental. Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento sustentável pressupõe o uso racional dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, de modo a garantir a manutenção das condições de vida das gerações presentes e futuras (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012).

Nesse contexto, as políticas voltadas à criação e à gestão de áreas protegidas buscam integrar os princípios da sustentabilidade ao espaço urbano, especialmente diante do avanço da urbanização e da intensificação das desigualdades socioespaciais (PAGNOCCHESCHI, B. e BERNARDO, M., 2006). Essa perspectiva se materializa na implementação das Unidades de Conservação, instituídas pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que estabelece diretrizes voltadas à conciliação entre a proteção ambiental e o bem-estar social, por meio do ordenamento do uso do território e da promoção de funções socioambientais.

A lei 9.985 de 18 de julho de 2000 define Unidade de Conservação como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo a hidrografia do local, com características de fauna e flora, com objetivos de conservação e limites definidos, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção pela administração (SNUC, 2000). Localizadas em áreas urbanas favorecem a prática de atividades ao ar livre, o contato com a natureza e o desenvolvimento de ações de educação ambiental junto à população. No entanto, muitos parques urbanos apresentam fragilidades relacionadas à infraestrutura, à manutenção e à efetividade das políticas públicas voltadas à sua gestão, o que compromete seu uso pleno pela população (BARCLAY et al., 1996). Essas limitações tendem a ser mais evidentes em regiões periféricas, como é o caso da Unidade de Conservação Sucupira, situada na Região Administrativa de Planaltina, no Distrito Federal.

O presente trabalho tem como objetivo analisar em que medida a Unidade de Conservação Sucupira influencia a percepção de segurança e de saúde pública dos

frequentadores e da população residente em seu entorno. Parte-se da hipótese de que uma análise integrada entre gestão ambiental, segurança e saúde pública coletiva pode demonstrar que as desigualdades socioespaciais de Planaltina estruturam não apenas os padrões de uso do parque, mas também as formas pelas quais a população percebe, valoriza e se apropria do território (SANTOS, 2005).

Na primeira seção, foi realizada análise bibliográfica sobre a relação entre áreas verdes urbanas, políticas públicas, segurança e saúde, sob a perspectiva geográfica. A partir da compreensão da relação entre sociedade e natureza (SANTOS, 1998), contextualizada a criação do Parque Ecológico Sucupira, consideramos os processos de produção do espaço geográfico e de organização territorial e social. A segunda seção aborda os desafios de conciliar conservação ambiental, bem-estar social e políticas públicas em áreas urbanas, com base na metodologia adotada, que inclui observações de campo dos aspectos físicos da Unidade de Conservação e entrevistas realizadas com seus frequentadores. Por fim, são apresentados e discutidos os resultados referentes à influência das condições de segurança e de saúde pública na dinâmica de uso do parque.

1.1. JUSTIFICATIVA

Há décadas, a discussão sobre o meio ambiente ocupa lugar de destaque nas pautas globais. Desde a primeira conferência internacional com ampla participação de países — a Conferência de Estocolmo, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, na Suécia — o objetivo central foi consolidar o meio ambiente como uma preocupação mundial e propor medidas voltadas à redução dos impactos causados pelas ações antrópicas, reconhecendo que os recursos naturais não são infinitos (ONU, 1972).

O termo “meio ambiente” pode ser compreendido como o conjunto de relações e normas socialmente estabelecidas, não se restringindo apenas à *physis* (natureza) nem exclusivamente ao *nomos* (esfera social e cultural). Contudo, ao longo do tempo, esse conceito foi progressivamente banalizado, sendo frequentemente reduzido à ideia de espaço natural intocado. Tal compreensão desconsidera a atuação do ser humano como parte constitutiva do meio ambiente, relegando a sociedade a uma posição externa a ele (SOUZA, 2019). Nesse sentido, a participação da comunidade torna-se elemento fundamental, uma vez que o fator antrópico é capaz de alterar o espaço em seus aspectos geomorfológicos, na fauna

e na flora, além de influenciar a dinâmica de determinados fenômenos naturais (SOUZA, 2019).

A natureza, por sua vez, corresponde ao conjunto de elementos que independem diretamente da ação humana (BRECHT, 2016, p. 89–90). Assim, o meio ambiente resulta da interação entre a natureza e os elementos produzidos pela humanidade, configurando uma relação de coabitação. Ao inserir esses conceitos no âmbito do espaço geográfico, compreende-se que a produção do ambiente decorre do conhecimento acumulado e se manifesta nas transformações da superfície terrestre promovidas pelo trabalho humano (SUERTEGARAY, 2023)[1]. Essa perspectiva geográfica desloca o foco das transformações exclusivamente geológicas para aquilo que a autora denomina de "geologia das transformações humanas", que envolve processos como a domesticação de plantas e animais, bem como as formas de ocupação do território, originando conceitos como Tecnógeno e Capitaloceno (SUERTEGARAY, 2023).

No processo de expansão do sistema econômico capitalista, a disponibilidade de capital natural — entendido como o conjunto de recursos naturais passíveis de apropriação econômica — exerce influência direta no desenvolvimento de novos produtos voltados ao atendimento das demandas do mercado, como ocorre, por exemplo, na produção de alimentos (COSTANZA, 2000). Nesse contexto, os recursos naturais passam a assumir um papel estratégico, sendo incorporados às dinâmicas produtivas em escala cada vez mais ampla, acompanhando a lógica de expansão global do capital. Dessa forma, os benefícios oriundos dos ecossistemas são progressivamente integrados às relações econômicas, como se elementos

[1] O Tecnógeno reafirma a objetificação do conflito entre sociedade e natureza, caracterizado pela apropriação e exploração dos recursos naturais e pelo descarte de rejeitos, os quais dão origem aos chamados depósitos tecnogênicos. Esses depósitos apresentam grande diversidade de composição e espessura (SUERTEGARAY, 2023), configurando uma "classe genética independente", embora mantenham analogias com depósitos naturais. No entanto, no presente trabalho, o foco analítico recai sobre o conceito de Antropoceno. Esse pode ser compreendido como uma concepção segundo a qual a sociedade exerce influência direta nas transformações da superfície terrestre, incluindo mudanças climáticas extremas e alterações nos chamados fenômenos naturais, em diferentes escalas espaciais e temporais. Essa abordagem evidencia a perda do reconhecimento da natureza como condição primária da existência humana, ao passo que compreende a produção dos ambientes como resultado de processos sociais. Nesse contexto, a natureza passa a ser concebida como um recurso mercantilizável e como produto da ação humana (SOUSA, 2019).

Os serviços ecossistêmicos, nesse contexto, correspondem aos benefícios fornecidos pelos ecossistemas e são fundamentais para a manutenção e a melhoria da qualidade de vida da população. No Brasil, esses serviços são reconhecidos institucionalmente pelo Ministério do Meio Ambiente e regulamentados pela Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais[2]. Entre os principais serviços ecossistêmicos, destacam-se os regulatórios (CARVALHO-RIBEIRO et al., 2018), relacionados à manutenção da qualidade da água e do ar, ao controle climático, à estabilidade e resistência dos solos, bem como à regulação de doenças e epidemias, pontos abordados nesse trabalho.

A demarcação territorial de áreas verdes em zonas urbanas reafirma a importância dos serviços ecossistêmicos como elementos importantes para a preservação ambiental e para a promoção do bem-estar social. Os parques urbanos materializam essa possibilidade ao constituírem espaços de preservação e socialização em contextos urbanos marcados pela escassez de contato direto com a natureza (SILVA, 2003). Para que essas funções sejam plenamente exercidas, torna-se indispensável garantir que tais espaços sejam acessíveis e seguros à população urbana que os frequenta, priorizando a participação cidadã nos processos de planejamento e implementação das áreas verdes (HILDERBRAND, 2001).

Nesse sentido, a acessibilidade e a segurança configuram-se como condições essenciais para que os parques urbanos se tornem atrativos ao público. A presença de elementos associados à segurança pública — como iluminação adequada, policiamento e

[2] Segundo Ministério do Meio Ambiente, os serviços ecossistêmicos, segundo a Lei nº 14.119, que instituiu a Política Nacional de Pagamento de Serviços Ambientais, podem ser classificados nas modalidades: a) serviços de provisão: fornecimento de bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, tais como água, alimentos, madeira, fibras e extratos, entre outros; b) serviço de suporte: mantêm a perenidade da vida na Terra, como ciclagem de nutrientes ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar ultravioleta e a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético; c) serviços de regulação: os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas; d) serviços culturais: os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros.

vigilância — aliada à manutenção regular da vegetação, contribui significativamente para a sensação de segurança nesses espaços (BARCLAY et al., 1996). A ausência desses fatores tende a aumentar a vulnerabilidade e a percepção de insegurança, resultando na redução do uso dos parques urbanos e na sensação de abandono do espaço. Esse cenário pode favorecer a ocorrência de comportamentos antissociais, além do crescimento desordenado da vegetação, com árvores sem poda regular, o que compromete a função socioambiental das Unidades de Conservação (JORGENSEN; ELLIS; RUDDELL, 2013).

Além de contribuírem para a conservação da biodiversidade, as Unidades de Conservação em áreas urbanas favorecem o lazer, a prática de atividades físicas e a socialização. No entanto, a realidade observada em muitos parques urbanos evidencia um quadro recorrente de descaso, marcado pela insuficiência de políticas públicas, pela ausência de infraestrutura adequada e por falhas na gestão desses espaços. Tais limitações repercutem diretamente na percepção dos usuários e na utilização efetiva dos parques, sobretudo em regiões periféricas, como no caso da Unidade de Conservação Sucupira, localizada na Região Administrativa de Planaltina, no Distrito Federal.

2. OBJETIVOS

O presente trabalho de conclusão tem como objetivo analisar de que modo a presença da Unidade de Conservação Parque Ecológico Sucupira influencia a segurança e saúde pública dos seus frequentadores no contexto urbano da Região Administrativa de Planaltina, Distrito Federal.

Os objetivos específicos deste estudo consistem em analisar o parque sob a perspectiva geográfica, abordando seus aspectos físicos por meio do mapa de uso e cobertura do solo da área, em Planaltina-DF, a fim de compreender como esses elementos se relacionam, estruturam a paisagem e influenciam o uso do território; demonstrar de que forma a ausência de vigilância e a insuficiência de manutenção das áreas verdes — considerando tanto a proliferação de espécies invasoras quanto a vegetação nativa do bioma Cerrado — interferem na utilização dos espaços recreativos disponíveis, limitando práticas de lazer e de convívio social; e, por fim, compreender como a Unidade de Conservação contribui para a promoção da saúde e do bem-estar dos frequentadores, considerando as dimensões biológicas, físicas, psicológicas e sociais associadas ao contato com ambientes naturais.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa envolveram análise documental da legislação relacionada à criação das Unidades de Conservação, bem como a revisão de aspectos conceituais referentes ao espaço físico no âmbito da Geografia, da Geologia e das Ciências Naturais. Para a caracterização ambiental da área de estudo, utilizou-se a classificação das principais fitofisionomias do bioma Cerrado proposta por Ribeiro e Walter (2008), e dados georreferenciados disponibilizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Além disso, foram analisados dados de uso e cobertura do solo fornecidos pelo GeoPortal/DF, com informações provenientes do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), com o objetivo de compreender a conjuntura atual dos processos de formação, uso do território e delimitações espaciais da Unidade de Conservação Parque Ecológico Sucupira.

Para a elaboração dos mapas temáticos, utilizou-se o *software* de Sistema de Informação Geográfica (SIG) *QGIS* (Quantum GIS), empregado tanto na análise quanto na produção de dados cartográficos. Foram utilizados dados georreferenciados disponibilizados pelo site oficial do GeoPortal/DF, incluindo as camadas de hidrografia, regiões administrativas, limite do Distrito Federal, sistema viário, unidades de conservação e uso e cobertura do solo, elaboradas a partir de levantamentos realizados em 2019 pelo IBRAM e pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). O *shapefile* referente ao limite do Brasil foi obtido a partir do banco de dados disponível na própria plataforma do *QGIS*. Os mapas foram elaborados a partir de um mesmo padrão de *layout,* com o intuito de garantir uniformidade visual e melhor interpretação cartográfica.

Os recortes espaciais contemplaram a Região Administrativa de Planaltina e o setor habitacional Arapoanga, por estar circunscrito à área de estudo. Ao final, foram produzidos três mapas temáticos: o mapa de bairros e localização da Unidade de Conservação Sucupira; o mapa de uso e cobertura do solo; e o mapa de caracterização dos espaços recreativos do Parque Urbano Sucupira, abrangendo diferentes escalas.

As imagens utilizadas ao longo do trabalho foram registradas pela autora ao longo do ano de 2025 no Parque Ecológico Sucupira, em Planaltina/DF. Os registros fotográficos constituem um importante instrumento de interpretação do espaço, possibilitando ao leitor maior aproximação com a realidade atual do parque. Foram documentados, por meio de

fotografias, os principais pontos de encontro dos frequentadores, os equipamentos e a infraestrutura disponível, a trilha principal e a academia comunitária.

Por fim, a principal etapa empírica da pesquisa consistiu na realização de entrevistas de observação participante com problema definido centrado na segurança e saúde do público a partir da percepção dos frequentadores do Parque Ecológico Sucupira. A população de estudo foi composta por frequentadores do Parque Ecológico Sucupira com idade igual ou superior a 18 anos, residentes ou não na Região Administrativa de Planaltina, Distrito Federal. A participação ocorreu de forma voluntária, totalizando 80 entrevistados que contribuíram com o preenchimento do questionário. Esse público foi selecionado com o intuito de compreender a função do parque enquanto espaço de lazer, contato com o meio ambiente e promoção da acessibilidade para a população inserida em áreas urbanas.

A coleta de dados foi realizada por meio da plataforma *Microsoft Forms*, utilizada para a elaboração de questionários digitais de forma prática e em tempo real. A escolha dessa ferramenta deveu-se à sua funcionalidade na sistematização das respostas, permitindo a geração automática de gráficos e planilhas para análise dos resultados obtidos.

Para facilitar a posterior análise de dados e a interpretação dos resultados da pesquisa, o questionário foi estruturado com questões objetivas e subjetivas, abertas a opinião dos entrevistados. A percepção de segurança dos frequentadores foi investigada por meio de perguntas objetivas, com respostas diretas — como “Você se sente seguro no parque?” (sim ou não) — e de perguntas subjetivas, nas quais os entrevistados puderam justificar suas respostas, a exemplo da questão: “O policiamento é sinônimo de segurança em seu entendimento? Por quê?”. Além disso, buscou-se identificar a percepção espacial dos usuários, por meio de perguntas como: “Quais áreas do parque você considera mais seguras?” e “Quais áreas do parque você considera menos seguras?”.

A percepção de saúde pública dos frequentadores, no contexto do Parque Ecológico Sucupira, foi abordada principalmente por meio de perguntas objetivas, porém algumas questões com múltiplas possibilidades de resposta, considerando as diferentes dimensões da saúde. As questões contemplaram aspectos relacionados à saúde física, mental e psicológica, associados à prática de atividades físicas, ao lazer e a outras finalidades do uso do parque, como a redução do estresse, a melhora do sono, o aumento da disposição e a promoção da socialização.

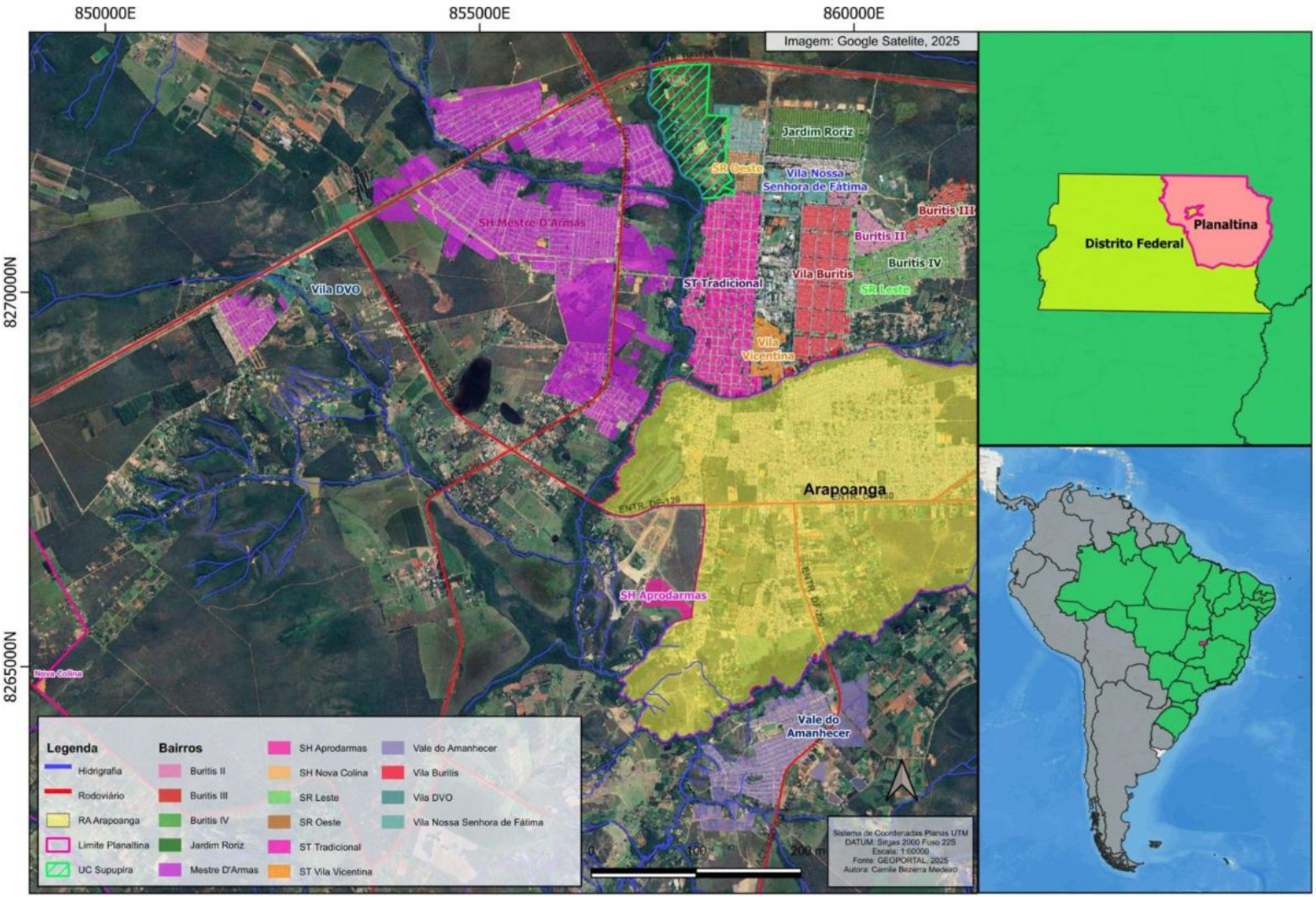
Por fim, a vegetação da Unidade de Conservação também foi incluída como eixo de investigação, com o objetivo de compreender a percepção dos frequentadores acerca da conservação das áreas verdes do parque. Para isso, foi aplicada a pergunta: “Você considera adequada a conservação das áreas verdes do parque?”, com as opções de resposta “sim”, “não”, “parcialmente” e “não sei avaliar”. Ao término do questionário, os entrevistados foram convidados a apresentar sugestões de melhorias para o parque, relacionadas à infraestrutura, à segurança, à poda da vegetação ou a outros aspectos que julgassem relevantes, valorizando tanto o processo de pesquisa quanto a participação dos respondentes.

Assim, a metodologia empregada possibilitou analisar o Parque Ecológico Sucupira enquanto parte do espaço geográfico, compreendido como produto das relações entre sociedade e natureza (SANTOS, 1998). Ao articular técnicas de geoprocessamento com a análise das percepções dos usuários, foi possível interpretar o parque como território usado, conforme a perspectiva geográfica, evidenciando como a infraestrutura, a conservação ambiental e a segurança influenciam diretamente os usos, apropriações e a vivência cotidiana desse espaço urbano (SILVA, J.; ZAIDAN, R., 2007).

4. O CASO DO PARQUE URBANO ECOLÓGICO SUCUPIRA, PLANALTINA – DF

A pesquisa de campo foi realizada no Parque Ecológico Sucupira, localizado na Região Administrativa de Planaltina (RA VI), no Distrito Federal, nas coordenadas geográficas aproximadas de 15°36’12” S e 47°39’48” O. De acordo com dados do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM, 2019), o parque possui aproximadamente 229 hectares e integra a rede de Unidades de Conservação do Distrito Federal. Sua relevância está associada tanto à preservação do bioma Cerrado quanto ao papel que desempenha como espaço público destinado à prática de atividades esportivas, caminhadas, piqueniques e ações educativas, especialmente em função de sua proximidade com o campus da Universidade de Brasília localizado na cidade de Planaltina.

Figura 1 – Mapa de localização do Parque Sucupira e bairros em Planaltina – DF. Fonte: Autora, 2025.



4.1. Localização e caracterização da área de estudo

O Parque Ecológico Sucupira está localizado ao norte de Planaltina, no Distrito Federal, fazendo limite com a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE). Criado pela Lei Distrital nº 1.318, de 23 de dezembro de 1996, o parque possui aproximadamente 229,8 hectares e desempenha um papel fundamental na manutenção da biodiversidade do bioma Cerrado. Sua denominação está associada à presença da sucupira (*Pterodon emarginatus* Vogel e *P. pubescens*), espécie característica da região. Trata-se de uma espécie dimórfica, com indivíduos que apresentam flores de coloração roxa e rósea, sendo classificada no tipo morfológico de flor roxa (ROCHA, 2006).

O Cerrado é considerado um dos principais hotspots de biodiversidade do mundo, ocorrendo exclusivamente na América do Sul (MYERS et al., 2000; SANTOS; DA SILVA, 2005; COLLI et al., 2020). Esse bioma apresenta elevada diversidade biológica e uma ampla variedade de fitofisionomias, que vão desde formações savânicas e campestres até formações florestais (EITEN, 1972; RIBEIRO; WALTER, 2008; OLIVEIRA-FILHO, 2009). Na área de estudo, observa-se o predomínio da fitofisionomia Cerrado sensu stricto, conforme a classificação proposta por Ribeiro e Walter (1998).

Do ponto de vista climático, o Cerrado caracteriza-se pela presença de duas estações bem definidas ao longo do ano: uma estação quente e úmida, correspondente ao período chuvoso, e outra seca e relativamente fria, conhecida como período de estiagem (ALVARES et al., 2013). Essas variações sazonais exercem influência direta sobre a dinâmica da vegetação, a disponibilidade hídrica e o uso dos espaços naturais, aspectos fundamentais para a compreensão ambiental da Unidade de Conservação[3].

A intensificação desse processo pode ocasionar perdas irreparáveis às Unidades de Conservação (KOPROSKI et al., 2011), como a supressão da vegetação nativa em curtos intervalos de tempo, o que compromete o período necessário à recuperação da fauna e da flora locais. Além dos impactos ambientais, essas dinâmicas também acarretam consequências diretas à saúde humana (PEREIRA et al., 2004), destacando-se o aumento da incidência de doenças respiratórias mais graves e a intensificação de ondas de calor extremo.

[3] Padrões climáticos sazonais com alternância de uma estação úmida (dos meses de novembro a abril) e uma estação seca (de maio a setembro). A grande extensão latitudinal (5° a 25°LS) altera essa distribuição sazonal, fazendo com que a estação chuvosa no extremo meridional gerante se inicie com 1 a 2 meses de antecedência (setembro-outubro), enquanto no extremo norte ocorre um atraso, o verão amazônico inicia-se em maio-junho.

No contexto brasileiro, as queimadas em Unidades de Conservação estão majoritariamente associadas ao uso inadequado do fogo para a renovação de pastagens (WWF BRASIL, 2019). Como resultado desse processo histórico de ocupação e exploração do território, estima-se que cerca de 50% da vegetação nativa original tenha sido convertida para atividades agrícolas, enquanto aproximadamente 1 milhão de km² encontra-se atualmente sob alguma categoria de área protegida.

4.2. Uso e cobertura do solo: Relevo, vegetação e formas de uso

Na Unidade de Conservação identificam-se três principais compartimentos de relevo: áreas de relevo plano, situadas em altitudes mais elevadas; relevo ondulado, com pequenos declives nas bordas da Unidade; e relevo suavemente ondulado, associado ao vale do rio São Bartolomeu, localizado a oeste do parque (ROSS, 2011). As características altimétricas da área contribuem, entre outros objetivos, para a promoção de atividades lúdicas, culturais e desportivas, além da valorização da qualidade de vida da população e do fortalecimento das ações de conservação da Unidade de Conservação.

O Parque Ecológico Sucupira desempenha ainda um papel estratégico como zona de amortecimento entre a área urbana de Planaltina e a Estação Ecológica de Águas Emendadas. Entre seus objetivos está a promoção da preservação ambiental, com destaque para a manutenção da mata de galeria, formação vegetal densa que acompanha os cursos d'água e exerce função essencial na proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade local.

A vegetação do parque urbano é característica do bioma Cerrado, no qual se destacam espécies arbóreas como o pequi (*Caryocar brasiliense*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*), o araticum (*Annona crassiflora*) e a sucupira (*Pterodon emarginatus*) (IBRAM, 2017). A fauna associada à área também apresenta elevada diversidade, mesmo em um contexto de proximidade com a malha urbana. Destacam-se espécies da avifauna, como o periquito-de-encontro-amarelo (*Brotogeris chiriri*), a coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*), o anu-preto (*Crotophaga ani*), o canário-da-terra (*Sicalis flaveola*) e o quero-quero (*Vanellus chilensis*). Entre os mamíferos, registram-se o tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), o sagui (gênero *Callithrix*) e o gambá (*Didelphis albiventris*), entre outros. Quanto aos répteis, são observadas espécies como os lagartos marrom e verde (*Tropidurus* sp. e *Ameiva ameiva*, respectivamente).

Ao longo dos anos, ocorreram alterações significativas na cobertura vegetal no entorno da área de estudo, afetando especialmente a fitofisionomia de campo limpo (RIBEIRO; WALTER, 1998), que apresentou um crescimento de 4,44%, segundo Das Neves (2014), ao mesmo tempo em que se observou uma redução de aproximadamente 7,67% da mata ciliar. Soma-se a esse processo a utilização inadequada do parque, marcada pelo descarte irregular de resíduos, pela insuficiência de vigilância e pela fragilidade na gestão dos responsáveis pela manutenção da Unidade de Conservação e da empresa privada de segurança. Esse cenário contribui para a construção de uma percepção negativa do espaço, frequentemente associado à ideia de "mato que poderia ser melhor aproveitado para construções" (SILVA, 2013), conforme relatos de moradores do entorno, que o concebem como um local de "abrigo para bandidos e usuários de drogas".

Com o objetivo de complementar e ilustrar os dados apresentados, foi realizada uma análise temporal de imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth, referentes aos anos de 2002, 2005, 2010 e 2015. A partir de 2006, com a instalação de um dos campi da Universidade de Brasília em Planaltina/DF — processo associado à política de expansão do ensino superior instituída pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 — a Unidade de Conservação passou a ser amplamente utilizada como área de pesquisa por estudantes e pesquisadores (BRITO, 2015; CAVALCANTI, 2010; TAMAIO; POMIER, 2022). Esses estudos têm se concentrado, sobretudo, em temas relacionados à educação ambiental, à ocupação do espaço voltada ao bem-estar da população e à preservação ambiental da UC Sucupira.

Figura 2 – Mapa de uso e cobertura do solo de Planaltina – DF.. Fonte: Autora, 2025



Figura 3 - Análise temporal por imagens de satélite da UC Sucupira. Fonte: Autora, 2025.



4.3. Planaltina: Urbanização e dinâmica espaço-temporal

O Distrito Federal organiza seu território em Regiões Administrativas (RAs), dotadas de identidades, dinâmicas e trajetórias históricas próprias, conforme estabelecido pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que instituiu a divisão territorial do DF (BRASÍLIA, 1964). Essa organização tem como finalidade a descentralização administrativa e a coordenação dos interesses e serviços locais. Nesse contexto, Planaltina configura-se como a sexta Região Administrativa do Distrito Federal.

Fundada em 19 de agosto de 1859, quando ainda integrava o território do Estado de Goiás, Planaltina resulta de um processo histórico e espacial singular. A região preserva características rurais marcantes, revelando heranças de um crescimento urbano associado a um modelo expansionista periférico, típico do processo de urbanização brasileiro, no qual novos núcleos urbanos emergiram a partir da expansão horizontal do território (MATA, 2014, p. 13). Conforme destaca Santos (2003, p. 21):

> "O uso do território pode ser definido pela implementação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistema de engenharias, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, aliado ao alcance da extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico."

Nesse sentido, o crescimento urbano de Planaltina ocorreu de forma irregular, marcado por ocupações desordenadas do território, sobretudo nas áreas periféricas ao núcleo central da cidade. Tal dinâmica reflete um processo de urbanização conduzido sem planejamento adequado e pode ser compreendida à luz do fenômeno da macrocefalia urbana (SANTOS, 1988, p. 9), caracterizado pela concentração de funções urbanas e pela formação de áreas intermediárias próximas a centros locais, resultando em um crescimento espraiado e desproporcional do espaço urbano.

A distribuição das terras em Planaltina, influenciada por suas raízes rurais, ocorreu de maneira irregular, gerando entraves à constituição de uma cadeia dominial consolidada dos imóveis. Essa desorganização fundiária produziu rugosidades territoriais (SANTOS, 2002), evidenciadas pela coexistência de extensas áreas rurais a leste e pela expansão da malha urbana em torno do centro histórico. O crescimento desigual dos bairros de Planaltina

culminou, mais recentemente, na criação de uma nova Região Administrativa inserida em seu território. Arapoanga foi elevada à categoria de Região Administrativa por meio da Lei nº 7.125, de 25 de dezembro de 2022, sancionada pelo governador Ibaneis Rocha (BRASÍLIA, 2022), resultando em seu desmembramento administrativo de Planaltina.

Do ponto de vista ecológico, Planaltina apresenta características singulares (CASTRO, 2008, p. 29), destacando-se o fenômeno das Águas Emendadas, no qual ocorre a conexão entre três importantes bacias hidrográficas brasileiras — Tocantins-Araguaia, São Francisco e Paraná —, conferindo à região elevada relevância ambiental e estratégica para a gestão dos recursos hídricos em escala nacional. No entanto, o processo de urbanização conduzido de forma irregular e pouco planejada impós desafios à preservação ambiental e à qualidade de vida da população local. A expansão da malha urbana sobre áreas naturais sensíveis intensifica a supressão da vegetação nativa, afetando diretamente os serviços ecossistêmicos prestados à cidade. Diante desse cenário, o emprego de instrumentos legais e políticas públicas de proteção ambiental, capazes de ordenar o uso do território, são importantes ferramentas para mitigar os impactos da urbanização e assegurar a conservação dos ecossistemas, especialmente em áreas ambientalmente estratégicas como as Unidades de Conservação.

4.4. O Parque Ecológico Sucupira: Infraestrutura e paisagem

O Parque Ecológico Sucupira dispõe de uma diversidade de trilhas ecológicas destinadas à prática de atividades físicas, caminhadas e ao contato direto com a vegetação nativa do Cerrado, desempenhando papel relevante na promoção do lazer e da saúde da população local. A área central do parque concentra os principais equipamentos de uso coletivo, como pista de skate, quadras poliesportivas — incluindo campo de futebol de terra, quadra de voleibol e duas quadras destinadas à prática de diferentes esportes —, além de *playgrouds* voltados ao público infantil. Esses espaços são complementados por áreas destinadas à educação ambiental, encontros comunitários e atividades recreativas, reforçando a função do parque como espaço público de convivência e de melhoria da qualidade de vida urbana.

De modo geral, a infraestrutura disponível apresenta bom estado de conservação, especialmente no que se refere às academias comunitárias, às quadras esportivas e aos espaços de socialização. Ao longo das trilhas, observa-se a presença de papeleiras do

Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU), o que contribui para a organização e limpeza do espaço. As trilhas são asfaltadas, facilitando o deslocamento de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida. Entretanto, a insuficiência de iluminação pública, associada à ausência de vigilância contínua, restringe o uso dessas áreas a horários específicos, geralmente concentrados no período diurno e em momentos de maior circulação de usuários.

Além dos equipamentos de lazer, o parque apresenta valor paisagístico natural, como áreas de vegetação mais densa, mirantes naturais e zonas de transição entre diferentes fitofisionomias do Cerrado, que contribuem para a diversidade ambiental e para a experiência dos visitantes. Destaca-se, nesse contexto, a presença de um mirante natural, formado por uma área de solo exposto que se consolidou como um dos pontos mais visitados do parque. Em função da altitude e da orientação da vertente a noroeste, o local permite ampla visualização da paisagem do entorno, possibilitando a contemplação do pôr do sol e vistas para o bairro Mestre D'Armas, a Estação Ecológica de Águas Emendadas e a BR-020, configurando-se como um importante elemento de fruição estética, recreativa e simbólica do espaço.

Apesar das potencialidades ambientais e sociais, observa-se que a ausência de manutenção periódica, aliada à limitação de políticas públicas voltadas à gestão do parque, compromete a plena apropriação do espaço por diferentes grupos sociais. Assim, o Parque Ecológico Sucupira revela-se como um território marcado por contrastes: ao mesmo tempo em que oferece infraestrutura básica e expressivo valor ambiental, enfrenta desafios relacionados à segurança, à gestão e à consolidação de sua função socioambiental no contexto urbano de Planaltina.

Figura 4 – Mirante Natural localizado entre a trilha e a vegetação do Parque Sucupira. Fonte: Autora, 2025

Figura 5 – Meio da trilha localizada na área central do Parque Sucupira. Fonte: Autora, 2025

Figura 6 – Início da trilha do parque. É possível observar a ausência de infraestrutura nas figuras. Fonte: Autora, 2025







Figura 7 – Mapa do Parque Ecológico Sucupira. Fonte: Autora, 2025.



4.5.. Relação das unidades de conservação com a saúde do público

A relação entre qualidade de vida e Unidades de Conservação insere-se de forma recorrente nas pautas globais sobre meio ambiente e saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1990), a qualidade de vida pode ser compreendida como:

> "A percepção do indivíduo de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, de que lhe estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a autorrealização, independentemente de seu estado de saúde física, mental ou de suas condições sociais e econômicas."

A OMS também define saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades" (OMS, 1998). No contexto brasileiro, essa concepção está incorporada à Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 225 (BRASIL, 1988), que reconhece a indissociabilidade entre meio ambiente, saúde pública e qualidade de vida, ao estabelecer que:

> "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A necessidade de áreas verdes urbanas extrapola a função recreativa, refletindo diretamente na saúde humana e na melhoria da qualidade de vida da população. Esses espaços oferecem benefícios ambientais e sociais, contribuindo para a mitigação dos impactos negativos decorrentes do processo de urbanização, como a impermeabilização do solo, a elevação das temperaturas e a fragmentação dos ecossistemas (COSTA et al., 2020). Além de desempenharem funções ecológicas fundamentais para a regulação dos sistemas ambientais, os parques urbanos também se configuram como espaços de educação ambiental, lazer e convivência social.

Estudos como os de Costa et al. (2020) demonstram que a presença de parques e praças bem conservados, seguros e acessíveis está associada à melhoria das condições de saúde da população, tanto em função da qualidade ambiental quanto pela influência positiva no comportamento social, estimulando a prática de atividades físicas, a socialização e a redução do estresse cotidiano. A promoção da saúde pública por meio da utilização de áreas verdes é amplamente respaldada por pesquisas científicas, como a Teoria da Redução do

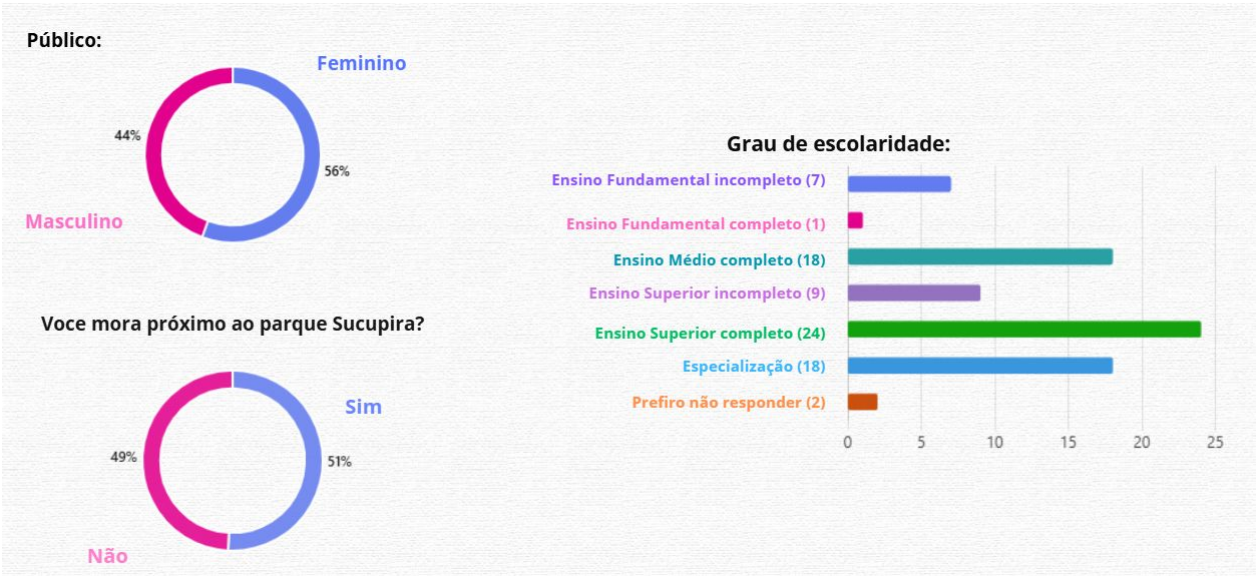
Estresse (TRS), segundo a qual o contato com a natureza atua como um estímulo para uma vida mais saudável, promovendo a diminuição dos níveis de estresse e de pensamentos negativos (HARTIG, 1991), reforçando a importância desses espaços no contexto urbano contemporâneo,

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos frequentadores do Parque Ecológico Sucupira evidencia importantes aspectos relacionados à percepção de segurança pública, uso do espaço e bem-estar da população local. Ao todo, foram considerados 80 questionários válidos, o que permitiu delinear um panorama representativo do perfil e das percepções dos usuários do parque.

O perfil sociodemográfico dos participantes revela predominância de adultos, concentrados majoritariamente na faixa etária entre 30 e 50 anos, embora o público entrevistado varie entre 18 e 64 anos, indicando que o parque atende diferentes gerações. Em relação à escolaridade, observa-se uma heterogeneidade significativa: cerca de 30% dos respondentes possuem ensino superior completo, enquanto aproximadamente 9% apresentam ensino fundamental incompleto, evidenciando que o parque é frequentado por indivíduos com distintos níveis de formação educacional, reforçando seu caráter democrático e acessível.

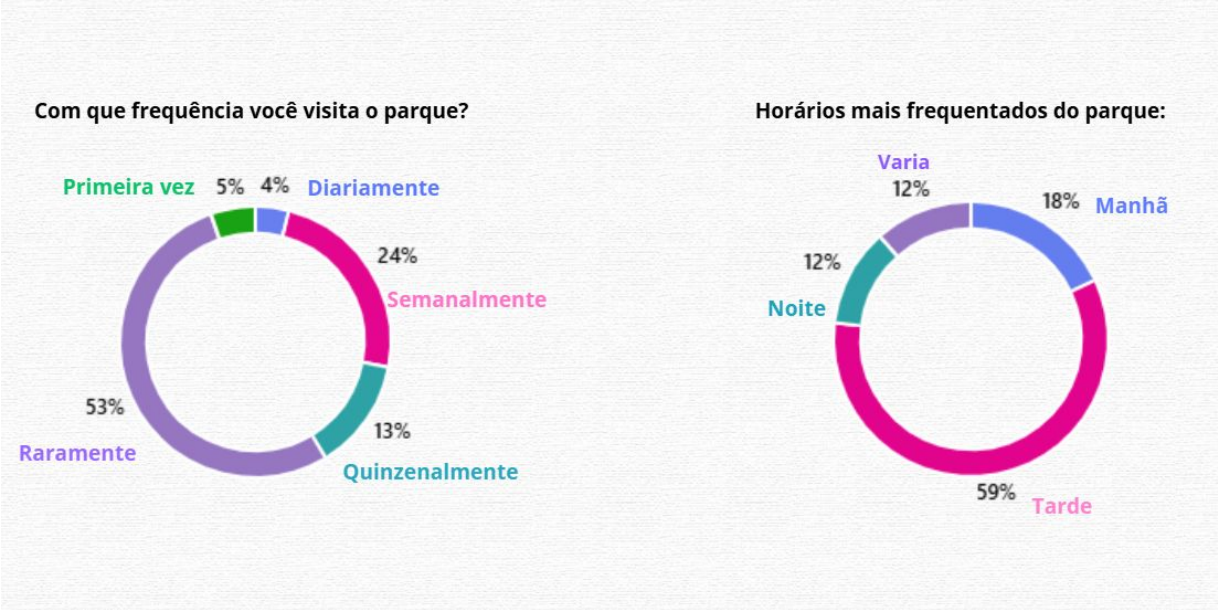
Figura 8 – Resultado do perfil dos entrevistados. Fonte: Autora, 2025



No que se refere ao vínculo territorial, grande parte dos entrevistados reside em bairros do entorno imediato do parque, como Setor Tradicional, Jardim Roriz, Vila Buritis e Mestre D'Armas, o que reforça o papel do Sucupira como um equipamento urbano de uso comunitário, diretamente associado à vida cotidiana da população local. Apesar dessa proximidade espacial, os dados revelam um baixo índice de visitação regular: apenas uma pequena parcela dos respondentes afirmou frequentar o parque diariamente ou semanalmente, enquanto a maioria declarou visitá-lo raramente. Esse dado indica que, embora o parque esteja territorialmente acessível, fatores estruturais e simbólicos limitam sua apropriação contínua pela população.

Quanto aos horários de uso, observa-se clara concentração das visitas no período da tarde, seguido pela manhã, enquanto o período noturno apresenta baixa frequência. A reduzida utilização à noite está diretamente associada à ausência de iluminação adequada e à percepção de insegurança, elementos recorrentes nas respostas dos participantes. Tal padrão evidencia como questões de infraestrutura urbana interferem diretamente na temporalidade de uso do espaço público.

Figura 9 – Frequência e horário de visitação ao parque, segundo os entrevistados. Fonte: Autora, 2025.

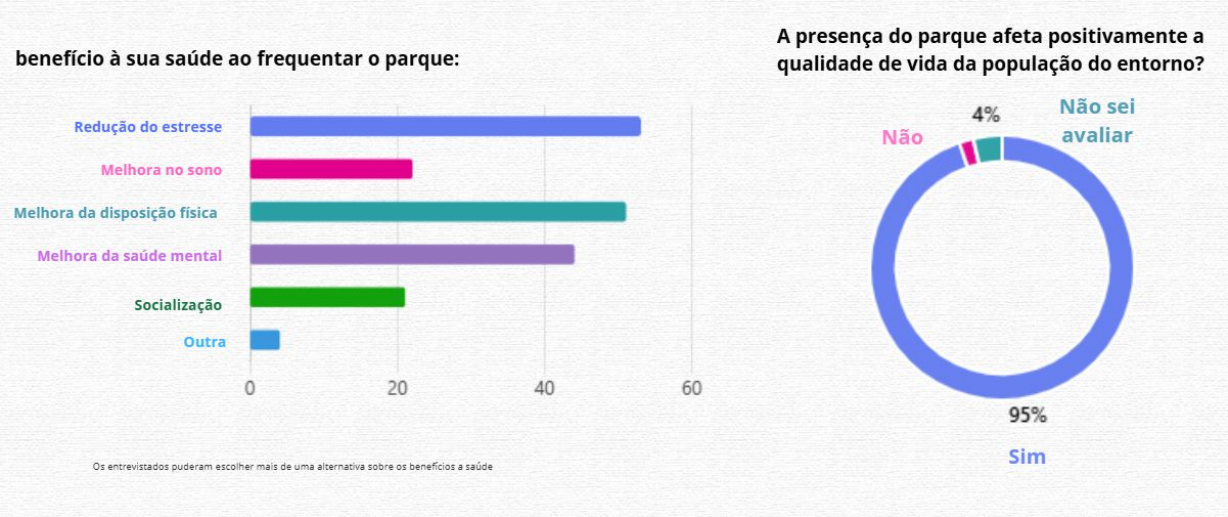


As motivações para a frequência ao parque concentram-se principalmente na prática de caminhada e exercícios físicos, seguidas por atividades de lazer, piqueniques e pelo contato

com a natureza. Esses dados confirmam a função multifuncional do parque, que articula dimensões recreativas, ambientais e de promoção da saúde. Nesse sentido, os resultados

relacionados ao bem-estar e à saúde pública são expressivos: os participantes associaram o uso do parque, sobretudo, à redução do estresse, ao aumento da disposição física, à melhora da saúde mental e à qualidade do sono. Esses achados reforçam a importância das Unidades de Conservação urbanas como prestadoras de serviços ecossistêmicos culturais, diretamente relacionados à qualidade de vida da população.

Figura 10 – Resultados sobre saúde do público visitante e a relação com a Unidade de Conservação em Planaltina, DF. Fonte: Autora, 2025



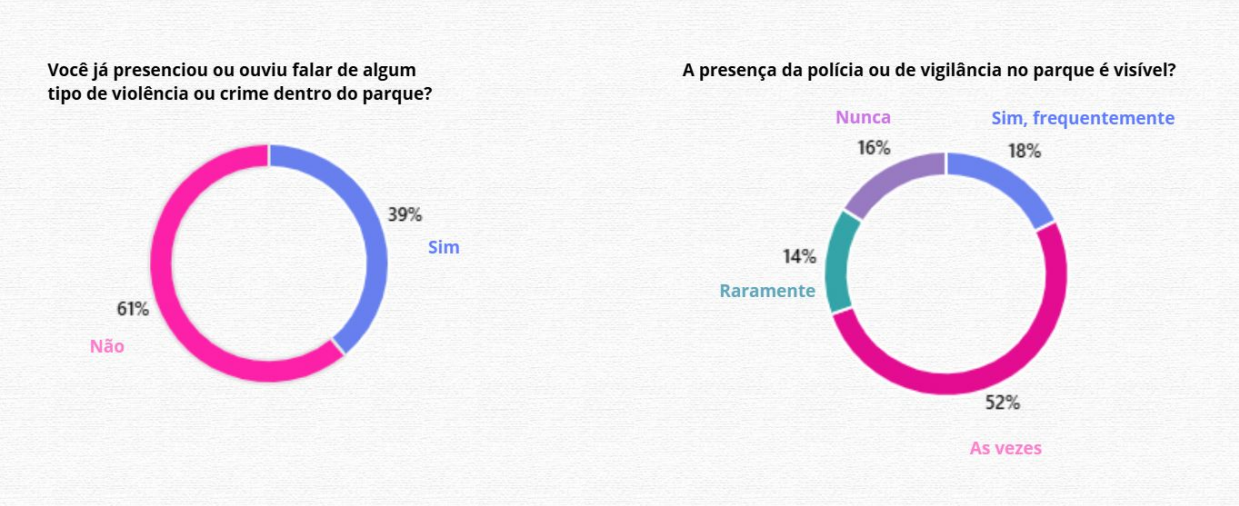
Corroborando essa percepção, a ampla maioria dos entrevistados reconhece que o Parque Ecológico Sucupira contribui positivamente para a qualidade de vida da população do entorno. Entretanto, essa avaliação positiva contrasta com a percepção sobre o estado de conservação do parque. Parte significativa dos respondentes considera a conservação apenas parcial ou inadequada, revelando uma tensão entre o potencial do espaço e suas condições reais de manutenção e gestão.

Outro dado relevante diz respeito à relação entre infraestrutura, segurança e uso social do parque. A maioria dos participantes acredita que Unidades de Conservação bem estruturadas e adequadamente mantidas podem contribuir tanto para a redução da violência quanto para a promoção da saúde pública. Além disso, há consenso de que melhorias no gerenciamento do parque e na manutenção da vegetação poderiam ampliar a sensação de segurança e incentivar uma frequência mais regular, evidenciando a interdependência entre conservação ambiental e uso social qualificado dos espaços urbanos.

A análise por gênero revela diferenças significativas na percepção de segurança. As mulheres demonstraram maior sensibilidade em relação à insegurança no parque,

especialmente no período noturno. A maioria relatou não se sentir segura, apontando como principais fatores a falta de iluminação, a escassez de vigilância ou policiamento e a redução do fluxo de pessoas após o pôr do sol. Algumas entrevistadas relataram ainda situações de assédio verbal ou desconforto em áreas mais isoladas, como as trilhas, o que resulta em uma ocupação seletiva do espaço, limitada a horários diurnos e áreas mais movimentadas. As sugestões de melhoria apresentadas por esse grupo concentram-se, sobretudo, na instalação de iluminação ao longo das trilhas, no aumento da presença policial e na promoção de atividades noturnas regulares, capazes de estimular a permanência coletiva e a sensação de segurança.

Figura 11 – Dados relacionados as perguntas sobre segurança do parque. Fonte: Autora, 2025.



Entre os homens, a percepção de segurança mostrou-se relativamente mais positiva, sobretudo durante o dia, associada à tranquilidade do ambiente e ao contato com a natureza. Ainda assim, parte dos entrevistados também reconhece a precariedade da iluminação e a ausência de policiamento noturno como fatores problemáticos, indicando que a questão da segurança é compartilhada por ambos os gêneros, ainda que afete de maneira distinta a experiência de uso do parque.

De modo geral, os resultados evidenciam que o Parque Ecológico Sucupira desempenha papel relevante como espaço de lazer, saúde e contato com a natureza, mas apresenta limitações estruturais e de gestão que impactam diretamente sua apropriação social. As diferenças de percepção entre gêneros revelam uma dimensão social mais ampla relacionada ao direito à cidade e ao uso equitativo dos espaços públicos, indicando que a plena funcionalidade do parque depende não apenas de sua importância ecológica, mas

também da implementação de políticas públicas integradas de segurança urbana, infraestrutura e inclusão territorial.

Figura 12 – Espaços do parque considerados menos seguros pelos visitantes e suas sugestões de melhorias respondidos durante a entrevista. Fonte: Autora, 2025.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, ao analisar a influência da Unidade de Conservação Parque Ecológico Sucupira sobre a segurança pública e a saúde da população de Planaltina, Distrito Federal, no ano de 2025, permitiu compreender de forma integrada a relação entre geografia física, uso do território e qualidade de vida em contexto urbano. Os resultados evidenciam que o parque, inserido no bioma Cerrado, apresenta expressivo potencial ecossistêmico, desempenhando funções ambientais fundamentais, como a conservação da biodiversidade, a clima e a oferta de serviços ecossistêmicos culturais, especialmente relacionados ao lazer, ao bem-estar e à saúde da população local.

Apesar de o Parque Ecológico Sucupira ter passado por processos de perda de cobertura vegetal, sobretudo da vegetação florestal e das áreas de mata ciliar, a existência da Unidade de Conservação tem sido um fator essencial para a contenção de impactos ambientais mais severos, contribuindo para a manutenção dos remanescentes do Cerrado e para a proteção de áreas ambientalmente sensíveis. Nesse sentido, a UC cumpre papel estratégico como zona de amortecimento entre a expansão urbana de Planaltina e áreas de maior relevância ecológica, como a Estação Ecológica de Águas Emendadas.

No que se refere à segurança pública e à saúde, os dados obtidos por meio dos questionários demonstram que o parque é amplamente reconhecido pelos frequentadores como um espaço que contribui positivamente para a qualidade de vida, sobretudo pela promoção de atividades físicas, redução do estresse, melhora da saúde mental e fortalecimento do convívio social. Esses resultados corroboram estudos que apontam as áreas verdes urbanas como elementos centrais para a promoção da saúde coletiva, indo além da dimensão ambiental e assumindo um papel social e territorial relevante.

Entretanto, os resultados também evidenciam limitações estruturais significativas, especialmente relacionadas à iluminação insuficiente, à ausência de vigilância contínua e à fragilidade do gerenciamento do espaço, fatores que impactam diretamente a percepção de segurança dos usuários. Essa problemática se manifesta de forma mais intensa entre as mulheres, que relataram maior sensação de insegurança, principalmente no período noturno e em áreas mais isoladas, como as trilhas. Tal realidade revela uma ocupação desigual do espaço público, na qual o direito à cidade e ao lazer permanece condicionado a fatores de infraestrutura e proteção, refletindo desigualdades sociais mais amplas.

Dessa forma, conclui-se que a hipótese da pesquisa foi alcançada, uma vez que foi possível demonstrar que, embora o Parque Ecológico Sucupira possua elevado potencial ambiental e social, sua plena apropriação pela população depende da integração entre políticas de conservação ambiental e segurança urbana. O parque necessita de investimentos que fortaleçam sua infraestrutura básica, como iluminação adequada, presença de vigilância ou policiamento comunitário, manutenção das trilhas e incentivo a atividades regulares, de modo a ampliar o uso contínuo e seguro do espaço por diferentes grupos sociais.

Do ponto de vista metodológico, a articulação entre a análise da geografia física, o levantamento bibliográfico e a pesquisa qualitativa por meio de questionários mostrou-se

eficaz para compreender os impactos reais das Unidades de Conservação urbanas na vida cotidiana da população. A metodologia adotada demonstra potencial de replicabilidade em outros parques urbanos do Distrito Federal, bem como em pesquisas de natureza semelhante, contribuindo para o avanço do debate científico sobre planejamento urbano, conservação ambiental e justiça socioespacial.

Por fim, este estudo reafirma a importância da análise geográfica do espaço, capaz de integrar dimensões naturais e sociais, oferecendo novas interpretações para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis. A valorização e o fortalecimento de Unidades de Conservação urbanas, como o Parque Ecológico Sucupira, mostram-se essenciais não apenas para a preservação ambiental, mas também para a promoção da saúde, da segurança e da qualidade de vida.

7. REFERÊNCIAS

ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. D. M.; SPAROVEK, G. **Köppen's climate classification map for Brazil**. *Meteorologische Zeitschrift*, v. 22, n. 6, p. 711–728, 2013.

BARBERI, M. **Mudanças paleoambientais na região dos cerrados do Planalto Central durante o Quaternário tardio: o estudo da Lagoa Bonita-DF**. 2001. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARBOSA, M. V. et al. **Parque urbano: percepção ambiental na unidade de conservação Parque da Jaqueira, Recife–Pernambuco**. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, v. 10, p. 405, 2021.

BARCLAY, P. et al. **Preventing auto theft in suburban Vancouver commuter lots: effects of a bike patrol**. *Crime Prevention Studies*, v. 6, p. 133–161, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/26487/14869. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 13 dez. 2025.

BRASÍLIA (DF). **Lei nº 7.125, de 22 de dezembro de 2022. Cria as Regiões Administrativas de Arapoanga e Água Quente no Distrito Federal e dá outras providências**. *Diário Oficial do Distrito Federal*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2022. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASÍLIA (DF). **Decreto nº 44.632, de 13 de junho de 2023. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Administração Regional de Arapoanga do Distrito Federal e dá outras providências**. *Diário Oficial do Distrito Federal*: seção 1, Brasília, DF, 14 jun. 2023. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRITO, S. L. **Parque Sucupira e o direito humano ao meio ambiente em Planaltina – DF**. 2015. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Planaltina, 2015.

CASTRO, M. C. S. **A cidade de Planaltina**. In: FONSECA, F. O. (org.). Águas Emendadas/Distrito Federal. Brasília: SEDUMA, 2008.

COSTA, A. B. S. et al. **Respostas cognitivas e emocionais às exposições urbanas e naturais.** *Heringeriana: Jardim Botânico de Brasília*, v. 14, n. 1, p. 21–32, 2020.

COSTANZA, R. et al. **Twenty years of ecosystem services: how far have we come and how far do we still need to go?**.*Ecosystem Services*, v. 28, 2017. DOI: 10.1016/j.ecoser.2017.09.008.

DAS NEVES, G. et al. **Estudo sobre a cobertura vegetal do Parque Recreativo Sucupira, Planaltina (DF)**. *Revista Espaço e Geografia*, v. 17, n. 1, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 1.318, de 23 de dezembro de 1996. Cria o Parque Recreativo Sucupira na Região Administrativa de Planaltina – RA VI**. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 6.414, de 3 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a recategorização do Parque Recreativo Sucupira**. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, 19 dez. 2019.

FONSECA, L.; LOBO, R.; RIBEIRO, L.; LEITÃO, F. **Expansão urbana e o fornecimento de serviços ecossistêmicos em Nova Serrana, Minas Gerais, Brasil**. *Geografares*, Vitória, v. 38, p. 269–299, jan. 2024.

GUIMARÃES, R. **"Houston, we've had a problem": rumo à Rio+20** *ECO 21*, Rio de Janeiro, ed. 186, p. 8–10, maio 2012.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. **Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas**. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 10, n. 3, p. 509–532, 2012.

HERÓDOTO. **Primera parte: el período del Neógeno (23,03–2,58 M.A.)**. Disponível em: https://historiaeweb.com/2014/03/18/caracteristicas-del-neogeno-y-el-cuaternario/. Acesso em: 5 nov. 2025.

HILDEBRAND, E.; GRAÇA, L. R.; MILANO, M. S. **Distância de deslocamento dos visitantes dos parques urbanos em Curitiba-PR**. *Floresta e Ambiente*, v. 8, n. 1, p. 76–83, 2001.

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. **Parque Ecológico Sucupira**. Disponível em: https://www.ibram.df.gov.br/parque-ecologico-sucupira/. Acesso em: 24 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Histórico.** Disponível em: https://www.ibama.gov.br. Acesso em: 13 de dez. 2025.

JORGENSEN, L. J.; ELLIS, G. D.; RUDDELL, E. **Fear perceptions in public parks: interactions of environmental concealment, the presence of people recreating, and gender**. *Environment and Behavior*, v. 45, n. 7, p. 803–820, 2013.

LIMA, S. F. C. **A judicialização do território: o caso de Planaltina-DF**. 2014. 458 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LUCCI, E.; VITAL, S. **Geografia, globalização e desastres naturais. In: MAGNONI JUNIOR, L. et al. (org.)**. Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano. São Paulo: CPS, 2020. p. 855–862.

MATA, W. C. **A produção do espaço urbano no Distrito Federal: da construção de Brasília à expansão urbana de Planaltina/DF – o viés histórico-social. 2014**. 59 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MAGALHÃES, L. R. **Sertão Planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950–1964)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MOURA, A. M. **Um centro urbano para Planaltina. 2003**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MUÑOZ, A. M. M.; FREITAS, S. R. **Importância dos serviços ecossistêmicos nas cidades: revisão das publicações de 2003 a 2015**. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*. Disponível em: https://uninove.emnuvens.com.br/geas/article/view/10049. Acesso em: 13 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Promoción de la salud: glosario**. Genebra: OMS, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – Estocolmo, 1972.** Disponível em: https://www.un.org/pt/. Acesso em: 15 out. 2025.

PACHECO, I. C. V.; NORONHA, S. E.; CAVALCANTI, T. B. **Mapeamento florístico e de uso do solo do Parque Ecológico Sucupira, Planaltina, DF, Brasil**. *Heringeriana*, v. 18, e918041, 2024. DOI: 10.17648/heringeriana.v18i1.918044.

PEREIRA, C. A.; FIEDLER, N. C.; MEDEIROS, M. B. **Análise de ações de prevenção e combate aos incêndios florestais em unidades de conservação do Cerrado**. *Floresta*, v. 34, n. 2, p. 95–100, 2004.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. **As principais fitofisionomias do bioma Cerrado**. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (org.). Ecologia e flora. Brasília: EMBRAPA, 2008. v. 1, p. 152–212.

RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. **Urbanização, globalização e saúde**. *Revista USP*, São Paulo, n. 107, p. 13–26, 2015. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i107p13-26. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/115110. Acesso em: 15 out. 2025.

ROCHA, D. M. S. **Aspectos taxonômicos, genéticos e reprodutivos de *Pterodon pubescens* Benth. e *P. emarginatus* Vogel (Leguminosae, Dipteryxeae). 2006**. Tese (Doutorado em Biologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SALES, C. **Governança ambiental e gestão de riscos e de desastres (GRD): avanços e desafios da agenda de adaptação em nível local no Brasil**. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 10, n. 2, p. 104–122, 2023.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar**. *GeoTextos*, v. 1, n. 1, p. 139–151, 2005 [1994].

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL (SEMA/DF). **Parque Sucupira recebe força-tarefa e vistoria.** Disponível em: https://www.sema.df.gov.br/parque-sucupira-recebe-forca-tarefa-e-vistoria/. Acesso em: 24 jan. 2025.

SENNA, I.; VASCONCELOS, A. M. N.; IGLESIAS, F. **Parque público e criminalidade: preditores ambientais da percepção de (in)segurança**. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 14, p. 1–15, 2021.

SILVA, J. X. da; ZAIDAN, R. T. (org.). **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, M. L. de. Introdução: **“Meio ambiente” ou ambiente integral?** In: SOUZA, M. L. de. Geografia ambiental: raízes, seiva, frutos e sementes. Rio de Janeiro: Consequência, 2025. p. 21–42.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Territórios da natureza: apropriação e extinção no Brasil**. *Geousp – Espaço e Tempo*, v. 27, n. 2, e213159, maio/ago. 2023. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.213159. Disponível em:

https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/213159. Acesso em: 13 nov. 2025.

PAGNOCCHESCHI, B.; BERNARDO, M. **Política ambiental no Brasil**. In: STEINBERGER, M. (org.). Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15; LGE Editora, 2006. p. 101–123.

TAMAIO, I.; LAYRARGUES, P. P. **Quando o parque (ainda) não é nosso: educação ambiental, pertencimento e participação social no Parque Sucupira, Planaltina (DF)**. *Revista Espaço e Geografia*, v. 17, n. 1, p. 145–182, 2022. DOI: 10.26512/2236-56562014e40021.

TER-STEPANIAN, G. **Beginning of the technogene**. *Bulletin of the International Association of Engineering Geology*, n. 38, p. 133–142, 1988.

WWF BRASIL. **Ameaças ao Cerrado. 2019**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_cerrado/bioma_cerrado_ameacas/. Acesso em: 13 nov. 2025.

APÊNDICE

As perguntas voltadas para os frequentadores buscam identificar sua experiência com o espaço do parque. Inicialmente foram solicitadas informações essenciais, visto que a pesquisa é anônima, visando não expor os entrevistados, sendo identificáveis o sexo, idade e bairro de sua residência. Em seguidas, as questões voltaram-se para o interesse da pesquisa, sendo a frequência com que os entrevistados utilizam o espaço do parque (diária, semanal, quinzenal ou raramente), e o turmo que costuma vistar o espaço recreativo (manhã, tarde ou noite), sendo essas questões fechadas e únicas para dinamizar os resultados da pesquisa, possibilitando uma análise mais dinâmica, questões objetivas com respostas únicas na primeira etapa das entrevistas foram necessárias, sendo as perguntas de opinião mais a frente.

Segue o questionário aplicado para a realização desse trabalho:

1. Idade:
2. Sexo: ( ) Feminino; ( ) Masculino.
3. Grau de escolaridade: ( ) Ensino Fundamental incompleto; ( ) Ensino Fundamental completo; ( ) Ensino Médio incompleto; ( ) Ensino Médio Completo; ( ) Ensino Superior incompleto; ( ) Ensino Superior completo; ( ) Especialização; ( ) Prefiro não responder.
4. Bairro onde tem domicílio:
5. Você mora perto do Parque Sucupira?
6. (Pergunta amostra) Como você costuma se deslocar até o parque? ( ) A pé; ( ) Bicicleta; ( ) Ônibus; ( ) Carro; ( ) Moto; ( ) Aplicativo de transporte; ( ) Outro.
6. Qual (is) horário (os) costuma vir? ( ) manhã; ( ) tarde; ( ) noite; ( ) varia.
7. Com que finalidade você visita o parque? ( ) Caminhada/ Exercício físico; ( ) Contato com a natureza; ( ) Lazer/piquenique; ( ) Outras finalidades.
8. Você se sente seguro (a) dentro do parque? Por quê?
9. Qual local do parque você considera mais seguro?
10. Qual local do parque você considera menos seguro?

11. Com que frequência você visita o parque? ( ) Diariamente; ( ) Semanalmente; ( ) Quinzenalmente; ( ) Raramente; ( ) Primeira vez.

12. O policiamento é sinônimo de segurança para você? Se possível, justifique.

13. A presença da polícia ou de vigilância no parque é visível? ( ) Sim, frequentemente; ( ) Ás vezes; ( ) Raramente; ( ) Nunca.

14. Você já vivenciou ou ouviu relatos de outras pessoas sobre situações de insegurança no Parque Sucupira? Que tipo de situação foi mencionada?

15. Você sente algum benefício à sua saúde ao frequentar o parque? ( ) Redução do estresse; ( ) Melhora no sono; ( ) Aumento da disposição física; ( ) Melhora da saúde mental; (

) Socialização; ( ) Outro:

16. Você acredita que o parque contribui para a qualidade de vida da população do entorno? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei avaliar.

17. Você acredita que a conservação das áreas verdes do parque está adequada? ( ) Sim ( ) Parcialmente; ( ) Não; ( ) Não sei avaliar.

18. Na sua opinião, a presença de áreas verdes como o Parque Sucupira pode contribuir para a redução da violência e a promoção da saúde pública? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sei avaliar.

19. Com que frequência você costuma visitar o parque durante o período seco (de maio a setembro)? ( ) Quase todos os dias; ( ) 1 a 2 vezes por semana; ( ) 1 a 2 vezes por mês; ( ) raramente; ( ) Não costumo vir nesse período.

20. E durante o período chuvoso (de outubro a abril)? ( ) Quase todos os dias; ( ) 1 a 2 vezes por semana; ( ) 1 a 2 vezes por mês; ( ) raramente; ( ) Não costumo vir nesse período.

21. Você acredita que um parque bem cuidade e seguro incentivaria mais pessoas a utilizá-lo regurlamente? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Talvez.

22. Sugestões de melhorias para o Parque Ecológico Sucupira de Planaltina?